

REPUBBLICAÇÃO da Ata de Assembléia Geral dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures realizada em 03/02/1996 para retificar erro material constante da Ata publicada no jornais a Gazeta Mercantil e Diário Oficial do Estado de 19/03/1996

**DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A.**

CGC/MF 62.464.904/0001-25

**Ata da Assembléia Geral dos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures realizada em 26 de fevereiro de 1996**

Os vinte e seis dias do mês de fevereiro de 1996, às 15:30 horas, a Rua Carlos Sampaio, 157 - 1º andar, São Paulo/SP, reuniram-se em assembléia os debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., representando 54,21% (cinquenta e quatro vírgula vinte e um por cento) das Debêntures em circulação, conforme assinaturas apostas na Lista de Presenças, que fica fazendo parte integrante desta Ata. Dando início aos trabalhos, o Sr. Antonio Carlos Bueno Junior, representante do Agente Fiduciário - Corretora de Valores e Câmbio Ltda., após ler as Atas de Assembléia realizada em 08 de janeiro de 1996, 29 de janeiro de 1996 e 12 de fevereiro de 1996, suspensa para 26 de fevereiro de 1996, solicitou aos Senhores debenturistas que elegessem um Presidente e um Secretário para dirigirem os trabalhos, tendo sido eleitos o Sr. Luis S. Spínola Santos, representante da Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., para Presidente e o Sr. João Alberto Lopes, representante da SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., para Secretário. Encontrava-se presente na Assembléia, o Sr. Isamu Otaka, representante da Emissora. Em seguida, o Sr. representante do Agente Fiduciário informou que a Assembléia havia sido suspensa até esta data, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) discussão das providências diante do inadimplemento da emissora e b) outros assuntos de interesse dos Senhores Debenturistas. A seguir o Sr. Luis Spínola, representante do Comitê de Debenturistas incumbido de negociar com o Tesouro do Estado de São Paulo uma solução para o atual impasse envolvendo as debêntures da DERSA fez uma descrição dos termos do acordo a que se chegou durante tais negociações, acordo este que pode ser assim resumido, pela descrição das características a seguir: a) Valor: o valor nominal das debêntures será o valor nominal de 01/1995, atualizado pelo IGP-M/FGV; b) Prazo: 47 (quarenta e sete) meses a partir de 01.11.95, ou seja, o vencimento final dar-se-á em 01.10.99; c) Repactuação: não haverá repactuação; d) Juros Remuneratórios: as debêntures não farão jus a juros remuneratórios; e) Prêmio: as debêntures pagarão a título de remuneração prêmio trimestral, nos primeiros dias úteis em que houver expediente bancário dos meses de fevereiro, agosto e novembro dos anos de 1996, 1997, 1998 e 1999, sendo que o último pagamento de prêmio será devido em 01.10.1999, o qual será constituído pelo produtório das taxas ANBID acrescidas do diferencial de 0% (três por cento) ao ano, com base no disposto na cláusula 13.2 da Escritura de Emissão; f) Amortização. As debêntures terão uma amortização extraordinária, através da dação em pagamento do lote de 47.120.000 (dois bilhões, duzentos e quarenta e sete milhões e cento e vinte mil) ações ordinárias da Emissão da CESP - Companhia Energética de São Paulo, as quais serão avaliadas pela média ponderada das cotações médias dos últimos 10 (dez) pregões em que houver negociações na Bolsa de Valores de São Paulo, ocorridos anteriormente à data da referida amortização, além disso, quadrimestralmente, nos primeiros dias úteis dos meses de março, julho e novembro de 1996, 1997, 1998 e 1999, o valor nominal das debêntures será amortizado por um montante equivalente a 3,5% (três e meio por cento) de sua expressão em moeda nacional, o que implicará no resgate antecipado de 38,5 (trinta e oito e meio por cento), ficando o valor remanescente a ser amortizado em duas parcelas iguais, respectivamente em 01.11.1998 e 01.10.1999; espécie: as debêntures serão simples, não permutáveis por ações - h) Garantia: caução do produto líquido da venda de cupons de pedágio através da Nossa Caixa/Nosso Banco S.A., para garantir as parcelas de amortizações a vencerem-se em 1996 e 1997. Os recursos provenientes da caução somente serão bloqueados pela Nossa Caixa/Nosso Banco S.A. em favor dos debenturistas, caso o pagamento das amortizações da DERSA não ocorra nas datas previstas. Ficou também acordado que a emissora pagará os prêmios

vencidos em 01.02.1996 e amortização vencida em 01.03.1996, acrescido de uma taxa de prêmio equivalente a ANBID + 3% ao ano sobre o período decorrido desde aquelas datas de vencimento até seu efetivo pagamento, tão logo o aditivo à escritura da 1ª emissão seja assinado. Encerrada a explanação, o debenturista Geofinance propôs que a assembléia se manifestasse sobre as condições daquela negociação havida com o Tesouro de São Paulo para encerrar as pendências da DERSA com seus debenturistas, tendo se verificado a aprovação da mesma pela maioria dos debenturistas, votando contrariamente o debenturista Heleno & Fonseca. Conforme decidido pela maioria dos debenturistas, titulares de mais de 50% das debêntures em circulação no mercado, aquela aprovação foi deliberada "ad referendum" de sua aprovação formal de parte da DERSA. Resolvida aquela questão, o representante do debenturista Heleno & Fonseca pediu a palavra para esclarecer que tendo ocorrido a hipótese prevista na letra a), do item 23 da escritura de emissão, o que inicialmente motivara a convocação da assembléia especial dos debenturistas, propunha que, a teor do que prevê o item 4.3. da referida escritura de emissão, o Agente Fiduciário declarasse antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora, consignando que o não atendimento a tal solicitação implicaria numa modificação dos termos da escritura. Todos os demais debenturistas presentes (Banco Dimensão, Karta DTVM, América do Sul, Banco Noroeste, Prevdato, Geofinance, Bradesco, Geral do Comércio e Pentágono DTVM) rejeitaram aquela proposta da Heleno & Fonseca, ressaltando que, como já fora consignado na reunião do dia 12.02 último, os protestos mencionados (que foram requeridos, em sua maior parte, pela própria Heleno & Fonseca), não colocam em risco a solvência da Emissora. Ademais não se caracteriza, aquele protesto, em procedimento reiterado, constituindo-se, apenas, em parcela reduzida do débito total da Emissora, razão pela qual é mais interessante para as debenturistas, repactuar as debêntures nas novas condições acordadas com o Tesouro do Estado de São Paulo. Também foi salientado que a Heleno & Fonseca, titular de apenas 9 (nove) debêntures de emissão da DERSA e credora daquela companhia em valores maiores, decorrentes de prestação de serviços, não está efetivamente preocupada com a solução do problema inerente às debêntures, utilizando-se de sua qualidade de pequena debenturista apenas com o propósito de tentar pressionar a Emissora a liquidar aqueles seus créditos, de valor bem mais expressivo e de natureza diversa. Face a tais motivos, torna-se evidente que a citada Heleno & Fonseca se encontra em nítida situação de conflito de interesse, o que a motiva a votar, na presente assembléia, não em defesa de seus interesses como debenturistas, mas sim como credora de valores bem mais expressivos, decorrentes de outras relações jurídicas. Feitas tais considerações, o debenturista Karta DTVM, verificando que a Heleno & Fonseca, com o pretendido vencimento antecipado das debêntures, teria direito a pretender receber agora o valor integral de seus títulos, de cerca de R\$ 130.000,00, (cento e trinta mil reais), propôs adquirir, da mesma Heleno & Fonseca aquelas debêntures pelo mesmo valor, para pagamento à vista, em dinheiro. Recusada pela Heleno & Fonseca aquela proposta, evidenciou-se, em definitivo, que aquele debenturista não está preocupado com o destino das debêntures, razão pela qual, tal como sugerido, foi deliberado que o voto manifestado pelo mesmo debenturista (Heleno & Fonseca) estava inteiramente viciado, porque a sua vontade foi manifestada tendo presente o desejo de privilegiar interesse outro, inteiramente estranho aos interesses dos debenturistas. Heleno & Fonseca, a seguir, esclareceu que o vencimento antecipado da totalidade dos debêntures propiciaria uma execução judicial da Emissora, o que ensejaria dificuldades à referida Heleno & Fonseca para receber seu crédito de natureza diversa, o que demonstra não ser viciado o seu voto; ademais, argumenta o mesmo Heleno & Fonseca que ninguém pode assegurar que a DERSA ao longo dos dois anos tenha possibilidade de honrar aquilo que consta do acerto feito com o Tesouro do Estado, e que foi aprovado pelos debenturistas. O Sr. Presidente perguntou aos presentes se haveria mais alguma questão a ser tratada. Não havendo manifestação encerrou-se a Assembléia dos debenturistas, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, pelo secretário e pelo Agente Fiduciário. A presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 26 de fevereiro de 1996. Presidente - Luis S. Spínola; Secretário - João Alberto Lopes; Agente Fiduciário - Antonio Carlos Bueno Junior.